

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS
CENTRO DE EDUCAÇÃO E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO ESPECIAL

DAYNARA CAMILA SILVA

**INTERFACE ENTRE EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO LABORAL:
UMA ANÁLISE INTEGRATIVA**

SÃO CARLOS

2017

DAYNARA CAMILA SILVA

**INTERFACE EDUCAÇÃO ESPECIAL E EDUCAÇÃO LABORAL: UMA
ANÁLISE INTEGRATIVA**

Trabalho de Conclusão de Curso de
Licenciatura em Educação Especial, pela
Universidade Federal de São Carlos,
realizado sob orientação do Prof. Dr.
Leonardo Santos Amâncio Cabral.

SÃO CARLOS

2017

RESUMO

A inclusão social das pessoas com deficiência abarca, dentre outras esferas, a trajetória escolar e a possível inserção desse público no mercado de trabalho. Nessa perspectiva, as dificuldades estão ligadas concomitantemente aos desafios inerentes à escolarização e às oportunidades profissionais enfrentados pelas pessoas com deficiência e no reconhecimento de suas potencialidades. Logo, especificamente na esfera dessas problemáticas, uma questão centra-se nos desafios que envolvem a transição das pessoas com deficiência da Educação Básica para o mercado de trabalho. Diante desse cenário, o presente estudo teve como objetivo reunir, sistematizar e analisar a produção científica brasileira que trata da interface entre a educação especial, a educação laboral e a inclusão social do PAEE no período dos últimos 10 anos. Tratou-se de uma pesquisa bibliográfica do tipo integrativa que, por meio de uma análise categorial, fez emergir 16 unidades temáticas na esfera dos estudos identificados, que subsidiaram as discussões aqui apresentadas. A análise integrativa possibilitou correlacionar elementos que tangenciam o projeto de vida das pessoas com deficiência desde a educação básica ao mercado de trabalho, trazendo à tona, variáveis que tangenciam tanto barreiras quanto e facilitadores para a sua efetiva inclusão social.

Palavras Chave: Educação Especial; Mercado de Trabalho; Educação Laboral, Pessoas com deficiência; Revisão Integrativa.

Sumário

1. 1. APRESENTAÇÃO	7
2. 2. INTRODUÇÃO	9
2.1. O ACESSO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA À EDUCAÇÃO	9
2.2. A INCLUSÃO ESCOLAR: DO ENSINO MÉDIO AO ENSINO SUPERIOR	13
2.3. A PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O MERCADO DE TRABALHO FORMAL E INFORMAL	15
3. 3. OBJETIVOS	18
4. 4. METODOLOGIA	19
5.1. DO ENSINO MÉDIO AOS TRABALHOS INFORMAIS: POSSÍVEIS TRAJETÓRIAS.....	22
5. 5. RESULTADOS E DISCUSSÕES.	26
6. 6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	37
7. 7. BIBLIOGRAFIA	39

LISTA DE SIGLAS:

PAEE	Público Alvo da Educação Especial.
BPC	Benefício da Prestação Continuada da Lei Orgânica da Assistência Social.
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas.
PCD	Pessoas Com Deficiência.
OIT	Organização Internacional do Trabalho.
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio.
SISU	Sistema de Seleção Unificada.
MEC	Ministério da Educação.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego.
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial.
SENAC	Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial.
SESC	Serviço Social do Comércio.
SESI	Serviço Social da Indústria.
TA	Tecnologia Assistiva.

LISTA DE FIGURAS:

Figura 01: Mapa de percentual de alunos com deficiência matriculados em salas comuns por município.....	11
Figura 02: Protocolo de análise de avaliação.....	19
Figura 03: Diagrama sobre a trajetória do PAEE durante e após a conclusão do ensino fundamental	22
Figura 04: Diagrama sobre a trajetória do PAEE durante e após a conclusão do ensino médio.....	23
Figura 05: Mapa conceitual das análises e resultados.....	40

LISTA DE QUADROS:

Quadro 01: Artigos da categoria Educação Laboral - Educação Especial.....20

1. APRESENTAÇÃO

Realizar e concluir o Trabalho de Conclusão de Curso é o encerramento de um período de grandes experiências e aprendizagem. Todo o caminho percorrido até agora foi parte de um processo de formação intenso e carregado de expectativas e crescimento pessoal e profissional.

O trajeto até o momento da escolha do curso superior foi um processo contínuo e de autoconhecimento. A partir disso, a decisão da área de estudos foi escolhida de acordo com os meus principais interesses, que sempre estiveram em torno das humanidades, em trabalhar com pessoas e nos desafios das relações humanas e de aprendizagem. Em 2013 ingressei no curso de Licenciatura em Educação Especial pela Universidade Federal de São Carlos - UFSCar e encontrei nessa área a possibilidade de auxiliar no desenvolvimento humano e aprendizagem do Público-Alvo da Educação Especial – PAEE.

Além de todo o conteúdo teórico, o curso ofereceu diversas oportunidades de experiência de estágio, as quais possibilitaram-me encontrar diversas realidades dentro e fora das escolas comuns da rede regular de ensino. Estando em campo, foi válido considerar o quão a prática esteve ligada à teoria acadêmica e a importância do trabalho em equipe, visando um objetivo maior, que é o máximo desenvolvimento do aluno em questão, seja em contextos inclusivos ou nas mais diversas realidades. Nesse sentido, concordando com Perrenoud (1997), compreendi que ser professor significa saber exercer a profissão em condições adversas e, quando considerada a realidade do professor de Educação Especial nas instituições da rede regular de ensino e instituições especializadas, tal reflexão coadunou fortemente com o que me deparei quotidianamente em minha trajetória.

Inicialmente, interessei-me pelo estudo das abordagens sociais da deficiência e pelas questões o que permeiam os desafios da inclusão das pessoas com deficiência na sociedade. Concomitantemente, participei de grupos de empreendedorismo social e formação de liderança de jovens universitários. Especialmente nessa fase, questionei-me sobre os desafios que a maioria dos jovens enfrenta quando ingressam ou se qualificam para adentrar no mercado de trabalho, pressupondo de antemão que as barreiras e dificuldades poderiam se acentuar quando o jovem apresentava alguma especificidade em seu desenvolvimento. Nesse cenário, o interesse pela temática acerca do ingresso de

peças com deficiência no mercado de trabalho passou a despertar-se em minhas reflexões e estudos.

Motivada por essa perspectiva, no último estágio de minha graduação tive a oportunidade de trabalhar em uma instituição especializada e, nessa experiência, pude atuar em uma sala socioeducativa com jovens e adultos. Como aspirante à pesquisadora, o que sempre me motivou foi a busca por entender os anseios e desenvolvimento das pessoas, particularmente os de adolescentes e jovens com deficiência em fase de formação. Nesse sentido, conhecer a realidade desses jovens em instituições e buscar entender que existe um processo de normatização da deficiência, junto ao plano de desenvolvimento socioeducativo, foram vivências que me levaram a estudar o processo de inclusão social para além das trajetórias educacionais.

Motivada pelas experiências ao longo de minha formação, é que me dediquei em desenvolver o presente estudo com o objetivo de identificar, reunir, sistematizar e analisar pesquisas científicas que discutem a temática da transição das pessoas com deficiência ao mercado de trabalho, considerando-se suas trajetórias educacionais e possíveis fatores que incidem em suas perspectivas futuras e inclusão social.

2. INTRODUÇÃO

A educação básica é um direito de todo cidadão e um dever do Estado garantir o acesso e permanência de todos os indivíduos, preferencialmente em escola regular. A Unesco apresenta que as minorias sociais sofrem diferentes restrições no acesso, principalmente à educação. Segundo dados da UNESCO (2017) mais de um bilhão de pessoas em todo o mundo possuem algum tipo de deficiência, deste número aproximadamente 93 milhões são crianças. No Brasil, 45,6 milhões de pessoas são consideradas se auto declaram como alguma especificidade, o que representa praticamente 24% da população brasileira.

Nessa perspectiva, as dificuldades enfrentadas pelo público alvo da Educação Especial (PAEE) perpassa, não somente educação básica, como também as experiências que vêm depois, como o ingresso no mercado de trabalho.

O tema central desta pesquisa é o estudo integrativo entre a Educação Especial e a Educação Laboral e a maneira como se dá o processo de inclusão social do PAEE nos espaços comuns, inclusive o mercado de trabalho. Percebe-se que, historicamente, este grupo ocupa pouquíssimos lugares na sociedade, e a presente pesquisa vem problematizar essa ordem a fim de entender quais são as reais lacunas e possibilidades que podem dificultar ou facilitar as trajetórias formativas e profissionais dessas pessoas.

2.1. O ACESSO DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA À EDUCAÇÃO

No contexto internacional, documentos como a Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU, 1948), a Declaração Universal dos Direitos da Criança (ONU, 1959), a Declaração da Conferência Mundial de Educação para Todos (Conferência de Jomtien) (UNESCO, 1990) e a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994) reivindicam os direitos de acesso à educação, em seus diversos níveis de ensino, a todo cidadão, inclusive às pessoas com deficiência.

No Brasil, a política educacional que busca garantir o direito à educação de pessoas com deficiência vem sendo implementada, sobretudo, desde a década de 1990. Nesse cenário, Mazzota (1996) enfatiza que a inclusão teve como plano um modelo que admitiria cada criança com um papel e importância para garantir a riqueza do conjunto, de preferência em contextos de classes comuns da rede regular de ensino, onde o ambiente pode e deve ser dividido e compartilhado por todos os tipos de aluno.

Nesse sentido, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, promulgadas pela Resolução CNE/CEB nº 2/2001, no artigo 2º, determinaram que:

Os sistemas de ensino devem matricular todos os estudantes, cabendo às escolas organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001, Art. 2º).

Nessa perspectiva, Stainback e Stainback (1999) sugerem que o ensino inclusivo seja a prática realizada por e para todos – independentemente de seu talento, deficiência, origem socioeconômica ou origem cultural – em escolas e salas de aula provedoras, onde todas as necessidades dos alunos são supridas.

Entretanto, tendo em vista a realidade oposta a tal plano e expectativa do que seria o ideal, é importante citar a fragilidade das propostas inclusivas, pois a mesma remete a um discurso que contradiz com a realidade educacional brasileira, onde, por exemplo, as classes são superlotadas, grande parte das instalações físicas é precária e o quadro docente nem sempre é adequado (TADA et al., 2012; SCHEMBERG et al., 2012). Nesse aspecto, discute-se o real papel e como tem se dado o processo de inclusão, uma vez que a estrutura educacional ofertada não é suficiente, ao menos, aos alunos sem deficiência.

Nesse sentido, a razão mais importante para a inclusão é o valor social e o desafio está justamente em como facilitar o aprendizado o desenvolvimento dessas pessoas. Essa mudança envolve criatividade, desejo de mudanças e a elevação da autoestima do educando (Stainback e Stainback, 1999).

Quanto ao processo educativo inclusivo, são necessárias reflexões constantes, a fim de garantir profissionais mais críticos e capazes de trabalhar tanto individual, quanto coletivamente, superando barreiras e promovendo o máximo desenvolvimento do público em questão. Stainback e Stainback (1999) defendem que existem ganhos que cada segmento da comunidade escolar tem com a inclusão das pessoas com deficiência na escola regular.

No Censo Demográfico de 2010, 45,6 milhões de pessoas alegou apresentar ao menos uma das deficiências investigadas, o que corresponde a 23,9% da população brasileira (IBGE, 2010). Parcela predominante desta população já ultrapassava a faixa de 65 anos (67,7%), sugerindo uma ampliação dessa estimativa, uma vez que no processo de

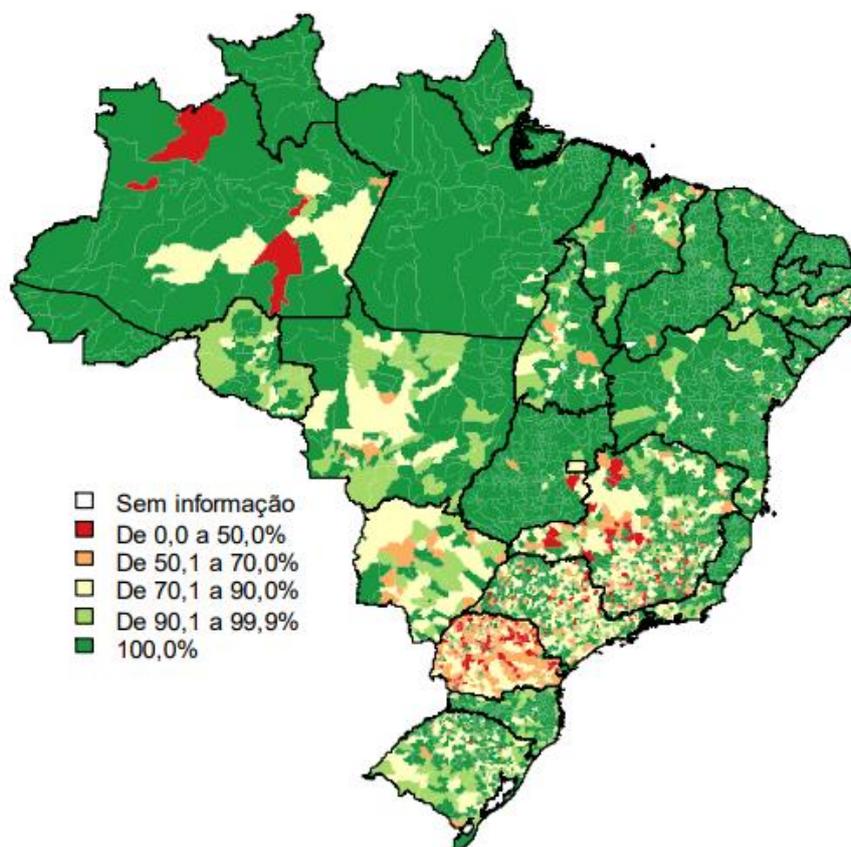
envelhecimento, naturalmente, “há perda gradual da acuidade visual e auditiva e da capacidade motora do indivíduo” (IBGE, 2010, p. 74)¹..

No que tange à Educação Básica, o Censo Escolar de 2016 do Inep, indicou que 57,8% das escolas brasileiras têm alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades matriculados em classes comuns.

Ainda de acordo com o Censo Escolar (2016):

“As regiões Nordeste e Norte apresentam os maiores percentuais de alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades incluídos em classes comuns, com 94,3% e 90,7% respectivamente. No Paraná 18,2% dos municípios possuem menos de 50% dos alunos de 4 a 17 anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento ou altas habilidades incluídos em classes comuns” (p. 11).

Figura 01: Mapa de percentual de alunos com deficiência matriculados em salas comuns por município.



FONTE: Notas estatísticas – Censo Escolar 2016

¹ A porcentagem de mulheres com deficiência (25,5%) era superior ao de homens (21,2%)

Dentre os fatores que podem justificar os dados do INEP, Stiegler (2017) fala a respeito das medidas inclusivas adotadas pelas diferentes regiões. Segundo a autora os números destacam o nordeste, pois, muito provavelmente, a região adota uma perspectiva imediatista, que busca inserir e não incluir verdadeiramente o PAEE na escola regular. Diferente da inclusão que acontece em Curitiba, que tem se dado a partir de adaptações realizadas a cada aluno, pensada como o ideal de permanência.

Os desafios vão se afunilando conforme as etapas e níveis educacionais vão sendo alcançados. Quando se trata da inclusão no Ensino Médio, Haas, Silva e Ferrero (2017) defendem que o número de matrículas de pessoas com deficiência nesse nível de ensino ainda é reduzido, indicando que o acesso e permanência do aluno nessa etapa de escolarização ainda é um assunto problemático para boa parte da população, mesmo que existam leis que defendem essa fase como um direito público e de natureza obrigatória. Esse panorama sugere desafios ainda maiores quando se trata da transição das pessoas com deficiência ao Ensino Superior.

Assim, pensando na trajetória escolar de pessoas com deficiência, Meletti e Ribeiro (2014) dissertam a respeito dos jovens com deficiência em idade escolar apresentando dados que mostram que esse público está sendo recebido pelas escolas regulares, entretanto, estão tendo suas trajetórias interrompidas ocasionando na não conclusão do ensino médio. Segundo Siems (2011), esse fenômeno pode justificar, por exemplo, o aumento do número de matrículas no Ensino de Jovens e Adultos (EJA), modalidade esta que visa concluir as etapas restantes da educação básica de jovens que não conseguiram concluir o ensino médio.

No que se refere ao EJA, Campos e Duarte (2011) defendem que, se por um lado é possível notar um aumento considerável no número de matrículas nessa modalidade, por outro, percebe-se a ausência de programas educacionais e a descontinuidade de políticas voltadas a esta parcela. Além disso, nota-se uma falta de discussão acerca das necessidades específicas desse grupo, como por exemplo, a formação de professores, adaptação curricular e de recursos, entre outros.

Por outro lado, é importante também considerar essa modalidade educacional como uma possibilidade profissionalizante, uma vez que essa visa ampliar as oportunidades educacionais voltadas aos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade.

Esse cenário poderá influenciar diretamente a inclusão do PAEE no mercado de trabalho, uma vez que, as possibilidades são consideravelmente restringidas àqueles que

não concluíram o ensino médio. Nessa perspectiva sugere-se que esse grupo populacional, provavelmente, não terá acesso ao mercado trabalho formal.

2.2. A INCLUSÃO ESCOLAR: DO ENSINO MÉDIO AO ENSINO SUPERIOR

Partindo-se do pressuposto de que adolescentes e jovens possuem condições e liberdade para fazerem escolhas baseadas em aptidões e interesses, os desafios relacionados à fase adulta aparecem quando começam a perceber as dificuldades para a concretização de seus projetos de vida (MARCELINO, CATÃO e LIMA, 2009). Dúvidas e anseios frequentemente permeiam os interesses, a aptidão, a aspiração profissional, os processos seletivos para vestibulares, a escolha do curso, o mercado de trabalho, e claro, as oportunidades. Tais fatores influenciam o que a literatura denomina como projeto de vida.

O projeto de vida, como analisa Catão (2001a; 2007), é processo e produto da práxis e, assim como ocorre com uma organização multidimensional psicossociohistórica, envolve dimensões articuladas entre si: socioafetiva, sociocognitiva e espaçotemporal. No caso da expectativa profissional, essa fase é caracterizada, em sua grande parte, pelo receio de não se ingressar no ensino superior, uma vez que, ser admitido em uma universidade pode representar a possibilidade de se dar sequência à construção do projeto de vida. Nesse momento, a insegurança aparece em diversos níveis, pois estar na universidade é visto por muitos como sendo o primeiro passo para concretizar possíveis planos e, nos casos em que esse primeiro passo não é alcançado, as demais perspectivas se distanciam da realidade.

No Brasil, os atuais processos seletivos e vestibulares para se ingressar no Ensino Superior desafiam constantemente as aspirações ou interesses específicos dos jovens que, nem sempre, conseguem ser admitidos a cursar uma determinada área e/ou curso.

Nesse sentido, podemos inferir que as políticas neoliberais não equiparam as oportunidades entre os jovens e nem sempre contribuem para a promoção da continuidade dos estudos, sobretudo para as parcelas populacionais politicamente minoritárias, uma vez que o ensino superior é considerado estruturalmente e sistematicamente segregativo. São diversos os grupos desfavorecidos nos processos seletivos de ingresso à universidade e, frequentemente, isso ocorre por questões sociais atreladas a fatores biológicos, étnicos, econômicos, dentre outros, abarcando, por exemplo, pessoas com deficiência.

Diante da atual conjuntura nacional e das novas propostas que incluem a educação profissionalizante é válido mencionar o intuito do ensino médio técnico é fornecer um

currículo sólido e atualizado com base na formação científica, tecnológica, cultural e ética a todos os seus alunos e com o objetivo de desenvolver a criticidade, criatividade e autonomia, sem desconsiderar o currículo da educação básica. Nessa perspectiva, Viamonte (2012) diz:

Portanto, as políticas de educação profissional estão inseridas no conjunto das políticas educacionais nacionais, em consonância com o campo educacional, ideológico e financeiro, e que promovem um ajustamento da educação às relações sociais, políticas e econômicas dessa nova fase de reestruturação produtiva do capital. Assim, entendemos que o governo atua enquanto mediador das relações sociais no sentido de reproduzir/preservar as relações capitalistas de produção. (p. 25).

Não diferente, o discurso do direito de acesso aos diversos níveis educacionais, sobretudo no Ensino Superior, pode estar atrelado, em contrapartida, a uma perspectiva neoliberal e meritocrática, principalmente quando se trata de oportunidades e desenvolvimento pessoal e social. Segundo Schlesener, Arend e Moraes (2011), o princípio da meritocracia está baseado na crença do movimento natural, onde os mais capazes devem triunfar com o desenvolvimento de suas potencialidades naturais e de acordo com o esforço pessoal.

Quando se trata da inclusão nos institutos federais, Alves (2012) discursa justificando as grandes dificuldades quando diz que:

O grande desafio que o discurso da inclusão nos institutos federais tem que enfrentar é da convivência com a correlação de forças e do papel atribuído às instituições escolares. Nesse sentido, visualiza-se um Estado mais disciplinador, ao buscar trazer para o interior das instituições as reivindicações das pessoas com deficiência ou altas habilidades, imprimindo-lhes uma normatização e ao mesmo tempo esvaziando e/ ou despolitizando suas principais bandeiras de lutas (p. 7)

Nesse sentido, importa problematizarmos que tal perspectiva vai à contramão do que se vislumbra com a busca pela inclusão social e coloca em descrédito o desenvolvimento e educabilidade da pessoa com deficiência. Para, além disso, os argumentos neoliberais podem retroalimentar a precarização e qualidade da educação especial, principalmente quando se busca definir quem é o aluno ideal para concluir o ensino médio, ingressar no ensino superior e/ou no mercado de trabalho, podendo segregar de maneira sistêmica o aluno com deficiência ou necessidades educacionais especiais.

2.3. A PESSOA COM DEFICIÊNCIA E O MERCADO DE TRABALHO FORMAL E INFORMAL

Embora o processo de inclusão social seja de suma importância, setores da sociedade o tem ignorado, excluindo frequentemente as pessoas com deficiência. Quando o assunto remete à oportunidade de trabalho, isto mais é ainda mais expressivo. Segundo os últimos dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), publicada pelo Ministério do Trabalho em 2016, tendo como ano-base o ano de 2015, apenas 1% da população brasileira com deficiência está no mercado de trabalho.

Nesse cenário, podemos inferir que a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho é um tema bastante polêmico, uma vez que políticas neoliberais estabelecem perfis e condições mínimas para empregar toda a mão-de-obra existente. Tal fato delimita a mão-de-obra contratada e barra a inserção de uma mão-de-obra ociosa no mercado de trabalho, visto que o mesmo requer qualificação profissional sem nem mesmo dar oportunidades suficientes para as pessoas estarem se qualificando. Já não há mais emprego para os desqualificados ou para aqueles que não estão se capacitando diariamente. Até mesmo quem tem formação superior tem enfrentado inúmeras dificuldades para encontrar um emprego.

A inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho, de acordo com Giordano (2000), se dá considerando-se o tipo e grau de deficiência, nível de autonomia do indivíduo, natureza do trabalho e atividade a ser exercida. De maneira sistemática, o autor define o processo de inclusão no mercado de trabalho em quatro categorias, a saber:

1ª categoria - trabalho plenamente integrado: a pessoa não necessita de adaptações no ambiente de trabalho;

2ª categoria - trabalho integrado: algumas adaptações são requeridas e podem ser de caráter temporário ou permanente;

3ª categoria - oficinas pedagógicas, abrigadas ou protegidas: que consistem em projetos de habilitação profissional realizados em instituições especializadas. Neles, pessoas com deficiência aprendem a exercer atividades laborais muitas vezes de maneira descontextualizada ou não suficiente, uma vez que as etapas do trabalho nem sempre são executadas com domínio, mas sim a nível de reprodução, onde o indivíduo reproduz e não necessariamente aprende. Nas circunstâncias em que contratos de produção ou prestação

de serviços para terceiros são firmados, a instituição assume a tarefa de intermediar o processo de contratação;

4ª categoria - trabalho domiciliar: o qual muitas vezes é executado na casa da pessoa e, em alguns casos, intermediado por profissionais especialistas.

Na Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) há provisões que discorrem sobre pontos importantes e que deveriam ser levados em consideração, já que são visíveis no cotidiano da sociedade atual. Uma delas consiste na discriminação e na consequente diferença de salários entre funcionários que ocupam o mesmo cargo. Estes direitos estão amparados nos artigos 1º, 3º, 6º, 7º, 19º, 21º (inciso II), 23º (inciso I, II e III) e 27º (incisos I e II). Os direitos devem ser iguais para todos, sem qualquer tipo de discriminação de gênero, cor, raça, religião, aparência ou distinção de qualquer espécie que possa ser notada pela gestão de um determinado local.

No artigo 37º, inciso VIII, da Constituição Federal Brasileira (1988), tem-se:

(...) reservará percentual dos cargos e empregos públicos para as pessoas portadoras de deficiência e definirá os critérios de admissão”. O artigo 7º da mesma, inciso XXXI, considera também: “proibição de qualquer discriminação no tocante a salário e critérios de admissão do trabalhador com deficiência (BRASIL, 1988).

A lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991, mais conhecida como a Lei de Cotas, tem como objetivo equiparar as oportunidades de emprego para as minorias menos favorecidas. Nessa perspectiva, a lei decreta que toda empresa privada de grande porte, com mais de cem empregados registrados – deverão contratar de 2% a 5% por cento de suas vagas para pessoas reabilitadas ou com alguma deficiência.

Os estudos sobre a inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho têm levado em consideração diversas perspectivas que, para além da Lei de Cotas (BRASIL, 1991), colaboram para alcançar a compreensão da incorporação de uma maior diversidade nas instituições.

Um exemplo, seria a dificuldade das pessoas com deficiência para ingressar e permanecer no mercado de trabalho. Como a competitividade tem crescido nesse meio, percebe-se que a urgência de se buscar uma melhor qualificação é consequência de um ambiente excessivamente competitivo e desigual, que não se fundamenta no ponto de vista da gestão e diversidade.

Na perspectiva de Cox (1991), um modelo de gestão e diversidade que beneficie as organizações e a sociedade está relacionado a relações de trabalho, prática de emprego e força de trabalho. Para que as dificuldades do PAEE sejam minimizadas é fundamental que as empresas tornem-se multiculturais ao nível de estarem dispostas a incentivar e investir na diversidade cultural, a fim de destacar todo o potencial individual das PcD's (Thomas Jr. 1996).

No que se refere às pessoas com deficiência, a procura de emprego torna-se ainda mais penosa, devido à desvalorização de sua capacidade e de seu potencial. Diariamente, pessoas com deficiência são subestimadas na realização de funções, como locomoção, raciocínio, etc.

Diante das leis não cumpridas relacionadas às políticas de acesso e permanência no mercado de trabalho, as PcD's ficam frequentemente na margem da sociedade à espera de oportunidades ou sujeitas a trabalhos informais situados e, em caso de formação específica, em muitos casos, fora de sua própria qualificação.

Os elementos inerentes à identificação das maneiras pelas quais a deficiência é vista são denominados por Carvalho-Freitas (2007) concepções de deficiência em situações de trabalho. Através de uma revisão histórica acerca das maneiras de ver a deficiência concebida por Carvalho-Freitas e Marques (2007), a pesquisadora implementou uma tipologia que permitiu a caracterização dessas formas, possibilitando que diferenças e semelhanças entre grupos de pessoas fossem classificadas. Apesar de ter potencial para reconhecer distinções nas formas de ver a deficiência, a tipologia possui limitações. Assim como qualquer pesquisa que lide com sistemas tipológicos, a tipologia não leva em conta a complexidade presente nas maneiras singulares e subjetivas de ver o fenômeno e lidar com ele.

O trabalho é considerado um mecanismo de inserção social e, nesse sentido, entende-se que este é um meio de sobrevivência e de realização psicossocial para o ser humano. A realidade comum ao PAEE tem como predomínio o fator econômico, isto porque em sua maioria não possuem qualquer tipo de renda e quando possuem, é com auxílio do *BPC.

A inclusão no mercado de trabalho promove tanto a realização pessoal como a realização profissional das pessoas com deficiência. À medida que estas pessoas vão sendo reconhecidas socialmente, elas passam a ter mais interesse e gosto pelo seu trabalho. De acordo com Hammes e Nuernberg (2015), “o desenvolvimento de políticas públicas para

as pessoas com deficiência é propulsor de transformação social. A inclusão das pessoas com deficiência no contexto do trabalho e da escola vem sendo considerada primordial” (p. 777).

Além dos benefícios laborais, existem fatores positivos a âmbito dos relacionamentos interpessoais que surgem somente quando se convive em sociedade. Quando essas experiências se desenrolam no ambiente de trabalho, há uma grande contribuição na melhora da qualidade de vida das pessoas com deficiência, além de questões como salário e ambiente de trabalho apropriadamente adaptado.

A inclusão do PAEE no mercado de trabalho somente será efetiva a partir do momento em que a sociedade reconhecer as potencialidades desse público e der chances para esse desenvolvê-las. Nesse contexto, a presença de facilitadores ou agentes que estruturam o ambiente e as oportunidades é fundamental. A busca por alternativas e recursos que atendam as necessidades básicas do PAEE culmina na promoção do outro ao direito de ser “cidadão”, não limitando alguém apenas a sua condição física e/ou intelectual.

Entende-se, ainda, que para que a inclusão do PAEE no mercado de trabalho se consolide, as empresas precisam assumir seu papel social, isto é, devem reconhecer o impacto que podem gerar na vida de pessoas que possuem limitações, pois aquém das limitações, é importante que sejam consideradas as habilidades que essas pessoas possuem e o quanto podem contribuir positivamente para com inúmeros setores de uma empresa.

Além de refletir sobre a proposta de incorporar as pessoas com deficiência ao mercado de trabalho, é crucial que haja uma preocupação quanto à qualificação dessas pessoas. Além de obter uma oportunidade de integrar-se a uma empresa, elas devem também ter condições de continuar na mesma.

Apesar de as pesquisas sobre a inserção no mercado de trabalho terem avançado, sobretudo a partir da década de 1990, existe a necessidade de um estudo constante sobre esse assunto, tanto para esclarecer os motivos dessa dificuldade, como também para enxergar mecanismos que facilitem a igualdade e a inclusão (NERI, 2003).

3. OBJETIVOS

O presente estudo tem como objetivo reunir, sistematizar e analisar, sob a abordagem integrativa, a produção científica que trata da interface entre a Educação

Especial, a educação laboral e a inclusão social do público-alvo da Educação Especial. Mais especificamente, o presente estudo objetivou:

- a) Identificar a produção científica inerente à transição/permanência das pessoas com deficiência do Ensino Médio ao Ensino Superior e/ou ao Mercado de Trabalho;
- b) Realizar a mineração dos dados e análise de conteúdo dos estudos selecionados por congruência ao objetivo e temática do presente estudo;
- c) Desenvolver análise bibliográfica integrativa dos estudos explorados;
- d) Sistematizar a produção do conhecimento para evidenciar indicadores inerentes à temática.

4. METODOLOGIA

À luz da metodologia de Torres, Calheiros e Santos (2016), o trabalho em questão consiste em uma pesquisa bibliográfica, de caráter sistemático, do tipo integrativa. Segundo Botelho, Cunha e Macedo (2011), os estudos nessa perspectiva possibilitam observar o cenário e a evolução das produções científicas acerca de um tema, ao longo do tempo e de possíveis perspectivas a nível de trabalhos futuros.

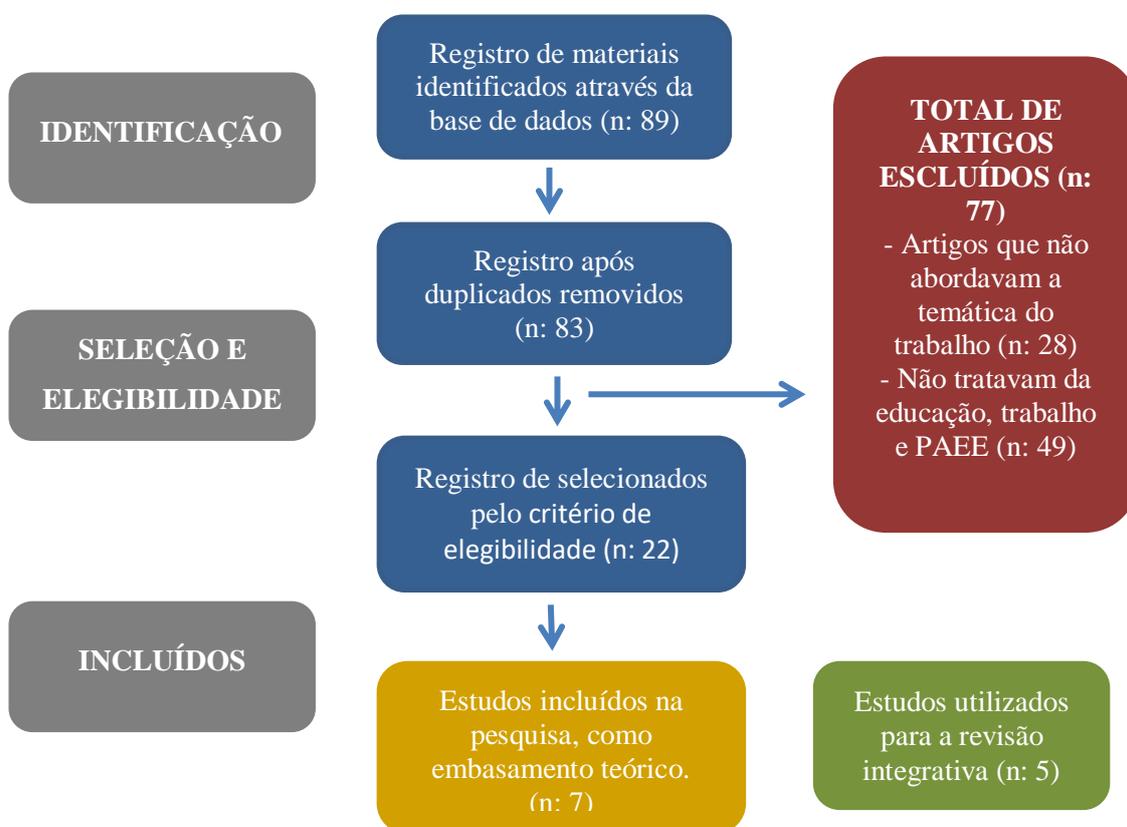
Nesse sentido, a pesquisa foi realizada na base de dados do Portal sCielo. Os descritores utilizados foram: Inclusão - Ensino Médio; Ensino Médio – Deficiência; Ensino Médio – Inclusão Laboral; Processo Seletivo – Deficiência; Educação Laboral – Educação Especial e Educação Para o Trabalho.

Pelo fato da finalidade do estudo ser de revisar as produções nacionais, não foram incluídos na análise descritores em língua estrangeira.

Como critério de escolha para a presente revisão foram definidos: os materiais referentes à área da inclusão social de alunos PAEE; artigos em língua portuguesa² publicados nos últimos dez anos no Brasil e produções que abordassem a educação e formação para mercado de trabalho voltados, especificamente, aos alunos PAEE.

² Pelo fato da finalidade do estudo ser de revisar as produções nacionais, não foram incluídos na análise descritores em língua estrangeira.

Figura 2: Protocolo de análise de avaliação.



Fonte: Elaboração Própria.

Como parte do critério de exclusão, os materiais encontrados foram lidos e analisados de acordo com o objetivo do trabalho; nesse sentido, somente os trabalhos que abordassem a temática da educação do PAEE para o mercado de trabalho seriam utilizados.

Adotando os critérios supracitados, localizou-se 89 artigos no total. Desta seleção inicial foram lidos todos os resumos, dentre eles materiais da área de administração, recursos humanos, educação, psicologia e fisioterapia, e àqueles que não abordassem a pessoa com deficiência, a educação e o ensino médio foram descartados. Ao aplicar esses filtros, apareceram 12 materiais que foram considerados relevantes para a pesquisa. Esses 12 trabalhos foram lidos na íntegra e de acordo com o objetivo da presente pesquisa, somente 5 desses foram utilizados, uma vez que discorriam a respeito da Educação Laboral e da Educação Especial concomitantemente, os outros 7 foram utilizados como base teórica para a presente pesquisa.

Quadro 01: Artigos da categoria Educação Laboral - Educação Especial.

	Referências Encontradas
1	Pereira M. E. S, Batanero J. M. F. <i>Percursos Educativos, Formativos e Profissionais na Síndrome de Down</i> . Rev. bras. educ. espec. vol.15 no.2 Marília May/Aug. 2009.
2	Pereira ACC, Passerino L. <i>Um estudo sobre o perfil dos empregados com deficiência em uma organização</i> . Rev. Bras. Educ. Esp. 2012; 18(2):245-64.
3	Passerino, L. M., e Pereira, A. C. C. <i>Educação, inclusão e trabalho: um debate necessário</i> . Educação & Realidade, 2014; 39(3), 831-846.
4	Garcia, V. G. <i>Panorama da Inclusão das Pessoas com deficiência no mercado de trabalho no Brasil</i> . Trabalho, Educação e Saúde. jan./abr. 2014 v. 12, n. 1.
5	Redig, A. G.; Glat, R. <i>Programa Educacional Especializado para Capacitação e Inclusão no Trabalho de Pessoas com Deficiência Intelectual</i> . Ensaio: aval. pol. públ. Educ., Rio de Janeiro. 2017.

Fonte: elaboração própria

As análises realizadas dos materiais serão apresentadas em categorias, segundo Bardin (2004), que considera a categorização como “uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto, por diferenciação e, seguidamente, por reagrupamentos segundo o gênero com os critérios previamente definidos” (p. 119).
Análise integrativa da literatura

Com base na exploração e sistematização da produção científica sobre a temática, buscou-se construir a interface entre a Educação Especial e a Educação Laboral, por meio da mineração das seguintes categorias: (in)visibilidade; condição socioeconômica das pessoas com deficiência; os desafios de processos inclusivos na Educação Básica; a transição das Pessoas com Deficiência ao Ensino Superior e sua permanência; A pessoa com deficiência e o mercado de trabalho; atividades formais e informais; profissionalização das pessoas com deficiência; Deficiência na Escola X Deficiência no Trabalho; Contratação da Pessoa com Deficiência; A deficiência intelectual no Mercado de Trabalho; Produtividade x Deficiência; Equipe de Apoio no Ambiente de Trabalho; Recursos e adaptações no ambiente de trabalho e Os benefícios da Inclusão no mercado de trabalho.

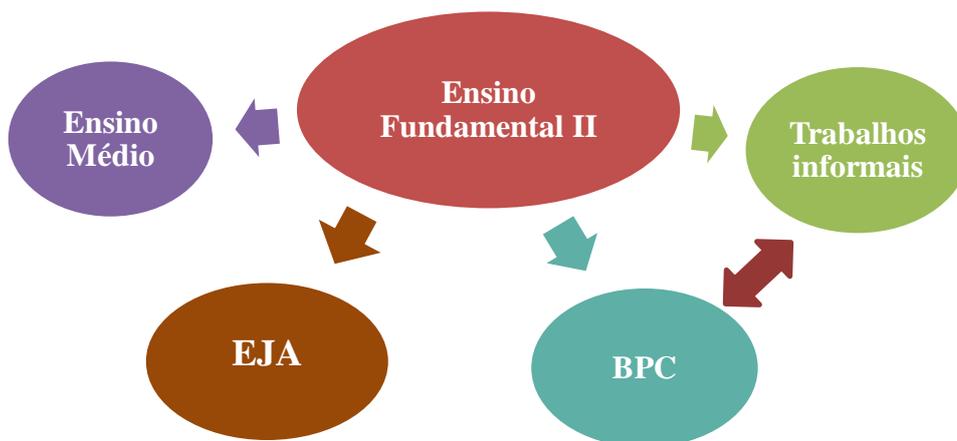
Nesse sentido, o método de análise e estudo dos artigos baseou-se na leitura dos materiais na íntegra e na elaboração de categorias e agrupamentos que permeavam as

temáticas comuns aos cinco artigos analisados. Além disso, as demais pesquisas consideradas relevantes tangenciaram as discussões dos resultados.

5.1. DO ENSINO MÉDIO AOS TRABALHOS INFORMAIS: POSSÍVEIS TRAJETÓRIAS.

O aluno Público Alvo da Educação Especial (PAEE), que teve oportunidades suficientes para progredir nos estudos, possui algumas alternativas que podem, ou não, depender da deficiência ou condição que o mesmo apresenta. No caso da pessoa com deficiência – PCD que conseguiu concluir o Ensino Fundamental II, estima-se que profissionalmente, tenha em planos as opções a seguir:

Figura 03: Diagrama sobre a trajetória do PAEE durante e após a conclusão do Ensino Fundamental.



Fonte: Elaboração Própria.

Ensino Fundamental > Ensino Médio – Quando se pensa na trajetória escolar da pessoa com deficiência e na própria literatura que embasa as discussões acerca do tema, é possível notar a escassez de materiais que falam sobre a progressão dos estudos e na presença desse público em salas regulares do ensino médio.

Segundo Haas, Silva e Ferraro (2017), com relação à escola regular considerada inclusiva, o número de matrículas para alunos com deficiência que conseguem chegar no ensino médio é inexpressivo, e esses dados geram inquietações no sentido de compreender de que maneira a escola comum vem garantindo esse acesso e permanência, com os

conteúdos, adaptações curriculares, como garante a Resolução 04/2009 CNE/CEB (BRASIL, 2009a). Segundo Gehlen, (2015):

o Ensino Médio para todos pode significar a construção de um novo ser humano, crítico, participativo, engajado, que possa compreender os conflitos de interesses que há na sociedade e posicionar-se com seus pares em relação a esses interesses. (p. 23).

Essa afirmação no é menor quando se trata de jovens com deficiência, uma vez que o projeto de vida é único e inerente a todo o ser humano. O grande impasse, nesse aspecto, está nas oportunidades e no acesso às possibilidades.

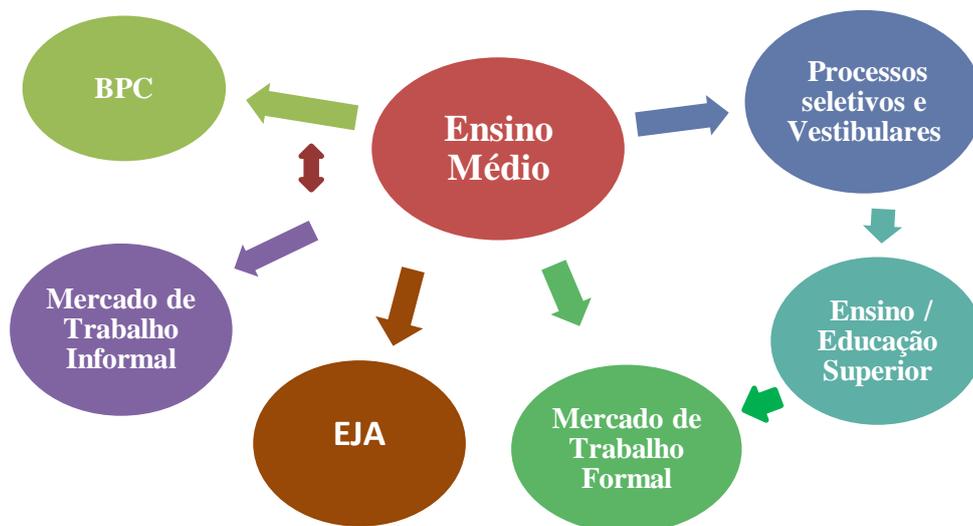
Nesse sentido, é fundamental que haja exista um investimento real para que sejam estudadas as possibilidades de minimizar a evasão nessa fase escolar, para que, a nível de formação as próximas etapas e escolhas acadêmicas e profissionais não sejam prejudicadas.

Ensino Fundamental + Benefício de Prestação (BPC) e/ou Trabalhos Informais – No âmbito da educação, O Plano Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limite, lançado pelo governo federal em novembro de 2016 prevê a ampliação do BPC na escola, que se organiza de modo a monitorar a frequência do aluno PAEE dentro de escola regular. Nesse sentido, o órgão busca cruzar os dados do Censo Escolar e o Banco do BPC referentes aos índices de inclusão escolar desse grupo. Tal afirmativa pode ser considerado um meio de incentivo à continuidade acadêmica.

A escolha pelo BPC pode se dar de inúmeras maneiras, seja a partir da necessidade financeira, até às reais limitações biológicas da PCD em questão. Contudo, é válido citar a possibilidade do PAEE complementar o Benefício com os Trabalhos Informais, de modo que, em alguns casos o mesmo venha a abandonar a escola. Uma pesquisa realizada pela OIT (Organização Internacional do Trabalho) apresenta dados que desmistificam a ideia de que o BPC desestimula a inserção laboral e de que dessa maneira, a PCD não tenha interesse em um emprego formal.

Já no caso do aluno que teve oportunidades e condições para progredir e concluir o Ensino Médio, estima-se que o mesmo tenha as seguintes possibilidades:

Figura 04: Diagrama sobre a trajetória do PAEE durante e após a conclusão do ensino médio.



Fonte: Elaboração Própria.

Ensino Médio > BPC – Dentre as maiores dificuldades que a PCD enfrenta quando conclui o Ensino Médio é inserir-se, efetivamente no mercado de trabalho. Nesse sentido, é muito comum recorrer ao BPC, como uma maneira de sustentar as necessidades mais básicas.

Além disso, uma discussão pertinente à temática e citada em diversos materiais é a influência e tendência ao uso do Benefício Previdenciário, sendo ele um grande fator que, em muitos casos, justifica o pequeno número de pessoas com deficiência procurando por empregos formais. Entretanto, é fundamental citar a margem de risco em que a maioria das pessoas com deficiência se encontram.

Ensino Médio > EJA – Existe ainda uma parcela de jovens com deficiência que chegam a concluir o ensino fundamental II, mas que, por inúmeros motivos, desistem de dar continuidade aos estudos e de concluir o ensino médio. Muitos desses interrompem as atividades acadêmicas por um período e voltam a estudar, seja por realização pessoal ou com o objetivo de se qualificar para o mercado de trabalho. Para estes casos existe a modalidade do EJA (Ensino de Jovens e Adultos) que tem como objetivo ajudar seus alunos a concluir o ensino médio e a educação básica.

Ensino Médio > Mercado de trabalho Informal – Há ainda as PCD que recorrem ao trabalho informal, essas geralmente não possuem qualificação profissional e devido à dificuldade em encontrar empregos regulares, recorrem aos trabalhos informais.

Ensino Médio > Mercado de Trabalho Formal – Este público é uma pequena parcela da população com deficiência. São as pessoas que conseguiram ingressar no mercado de trabalho diretamente do ensino médio. A esse grupo pertencem as pessoas com especificidades menos comprometidas.

Ensino Médio > Processos Seletivo-Vestibulares > Ensino/Educação Superior – No que se refere aos PAEE's que buscam ingressar no ensino/educação superior através dos processos seletivos de vestibular, ENEM, SISU, etc o desafio se mostra ainda maior, pois as provas nem sempre respeitam a especificidade do público em questão, e consequentemente, não equiparam as oportunidades a quem concorre essas vagas.

Quando se fala do jovem com deficiência que concluiu a educação básica, Dukes et al (2007) discursa a respeito da importância da existência de uma avaliação ou acompanhamento contínuo, a fim de auxiliar o indivíduo no encerramento de uma etapa e início de uma nova. Schwartzman (2008) diz:

A principal limitação ao acesso ao ensino superior hoje não é a falta de vagas, nem a falta de dinheiro, e muito menos algum tipo de discriminação social que possa haver nos sistemas de seleção. O grande funil é o ensino médio, que ainda não forma pessoas em quantidade suficiente para alimentar a expansão que o ensino superior vem tendo (p. 26).

Quando se trata da inclusão no ensino superior não é incomum encontrar lacunas que são resultados do despreparo institucional, dentre elas, as grades curriculares não preparadas para o aluno com deficiência, a falta ou até mesmo ausência de repertório e estratégias de ensino voltadas ao aluno PAEE, a não adaptação curricular, ausência de profissionais especializados, entre outros.

Ensino/Educação Superior > Mercado de Trabalho – Com a superação de barreiras, é possível notar que, assim como outras minorias, grandes partes das universidades públicas e privadas têm recebido pessoas com deficiência em seus campus. Segundo Siqueira e Santana (2010) o debate acerca dessa nova etapa da inclusão vem sido promovido pelo MEC e ainda propõe estender a discussão acerca da inclusão social à comunidade, a fim de rever estigmas e preconceitos com o objetivo de auxiliar a sociedade a ser capaz de lidar com as diferenças.

Ensino/Educação Superior > BPC - Além disso, existe a possibilidade que esse mesmo grupo - que nem sempre possui condições estruturais ou oportunidades para

progredir com os estudos - busque no trabalho informal, uma alternativa para adquirir ou complementar a renda através do BPC.

5. RESULTADOS E DISCUSSÕES.

- *(In)visibilidade* – O que é ser visível? O que demanda ou legitima um luta? As questões que permeiam a resistência e o movimento das pessoas com deficiência são muitas e historicamente desafiadoras.

Os avanços referentes às políticas públicas voltadas às pessoas com deficiência, vêm sendo registrados de maneira homogênea, isso é o que mostram os dados do IBGE (2000 e 2010). O processo de mudança se dá de maneira linear desde a década de 1980, entretanto, estereótipos e preconceitos permanecem até os dias de hoje.

Todo esse processo se caracteriza pelo objetivo de adotar medidas que proporcione condições positivas e que equiparem a qualidade de vida das pessoas com deficiência., a fim de serem reconhecidas como indivíduos que possuem direitos e deveres, e que nesse sentido, precisam de visibilidade e representatividade.

Quando se fala a respeito da visibilidade, principalmente tratando-se das pessoas com deficiência, remete-se a pensar nos veículos que promovem as discussões acerca do tema. Para Jovchelovith (2006) a mídia que promove a visibilidade às problemáticas sociais se torna uma importante ferramenta que legitima as discussões que necessitam de reflexão coletiva e promove a representatividade social.

É fundamental que a problematização das pautas relacionadas às pessoas com deficiência seja um exercício realizado a âmbito popular, realizado e problematizado por toda a sociedade. Nesse sentido, todas as mídias possuem o papel de difundir tal discussão, como uma maneira de incentivar a empatia às necessidades do PAEE.

A mídia, quando se reporta a um acontecimento, não é somente uma reprodutora de informações, mas, sobretudo, uma produtora de sentidos, já que a mídia não se caracteriza como lugar de passagem, mas de construção simbólica dos acontecimentos. (CRESPO, citado por Figueiredo, 2006)

De maneira geral, a ocupação de espaços, mobilizações, programas de inclusão social têm sido avanços importantíssimos, que problematizam a atual face da inclusão e que viabilizam a temática para toda a sociedade. Contudo, o progresso é um processo contínuo, que não deve ser interrompido e nem sofrer com descontinuidades.

Condição socioeconômica das PcD's - Diante de todas as dificuldades referentes à inclusão da pessoa com deficiência na sociedade, existe ainda os fatores socioeconômicos, que são um agravante na qualidade de vida desse público. Segundo o Relatório Mundial sobre a Deficiência (2011), “um corpo crescente de evidências empíricas do mundo inteiro indica que as pessoas com deficiência e suas famílias têm maior chance de enfrentar desvantagens econômicas e sociais do que aqueles indivíduos sem deficiência” (p. 10).

Os dados discutidos nos textos permitem que se relacione a escolaridade da PCD com a remuneração (quando inserida no mercado de trabalho), principalmente quando analisados os baixos índices de funcionários com escolaridade superior e de remuneração acima de cinco salários mínimos.

A baixa qualificação e baixos salários induz uma tendência de que seria mais interessante as pessoas com deficiência e sua família optar pelo Benefício Social (BPC), ao invés de “arriscar-se” no mercado de trabalho. Em contrapartida, Stainton e Boyce (2004) evidenciam o valor social do salário na autoestima da pessoa com deficiência, na possibilidade de gerir suas vidas, com a autonomia e liberdade de escolha, trazendo reflexos positivos a nível de relações pessoais, vocacionais e no estilo de vida.

Os desafios de processos inclusivos na Educação Básica - No que tange à inclusão escolar, Beyer (2006) afirma que no Brasil os projetos de integração surgiram de forma mais significativa na década de 1990, como resultado de pressões discutidas em outros países. Segundo o autor, desta situação culminaram várias medidas em relação à condução de políticas educacionais, com destaque à Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394, de 1996 (Brasil, 1996):

Assim, com uma nova visão acerca do indivíduo com deficiência e uma legislação mais atuante, a exemplo da Política Nacional da Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva (Brasil, 2008), a Lei de Cotas para inserção no mercado de trabalho (Brasil, 1991), e o Estatuto da pessoa com Deficiência, (Brasil, 1999), essas pessoas chegaram à Universidade. Embora Rosseto (2009) afirme que ainda é muito recente a discussão sobre inclusão no ensino superior, ela mesma em sua pesquisa aponta para a importância deste movimento para a realidade da inclusão no país. (p.837)

A Transição da Pessoa com Deficiência ao Ensino Superior e sua permanência – As perspectivas e possibilidades voltadas às pessoas com deficiência passaram a mudar a partir dos movimentos sociais iniciados no final da década de 1970, em meio às repressões

da ditadura militar. Nesse momento, cada movimento social passou a se organizar com o objetivo de dar identidade à sua luta. O momento era propício para discutir os direitos e as reformas sociais necessárias para o início de uma possível democracia. Com as leis da nova Constituição Federal de 1988, a defesa do estado democrático passou a respaldar a luta desses grupos de minorias. Dentre todas as conquistas, as mais importantes estão as garantias dos Direitos Humanos das pessoas com deficiência e posteriormente às diversas Políticas de Ações Afirmativas.

O aumento do número de pessoas com deficiência no Ensino Superior, aparentemente, está relacionado às Políticas de Ações Afirmativas e com a problematização da inclusão social. Apesar deste crescimento, o número ainda é muito baixo se comparado à totalidade da população com deficiência no Brasil. Esta limitação, no entender de Passerino e Pereira (2014), está relacionada com o nível de educação anterior à educação superior:

De fato, o grande “funil” do ensino médio parece ser o desafio atual na inclusão educacional de pessoas com deficiência, superar essa etapa é essencial para que a inclusão no Ensino Superior ocorra em ritmo mais acelerado do que vem se verificando (p. 837).

Quando se trata do ingresso e permanência do aluno (PAEE) no Ensino Superior, nota-se que os projetos contemplados pelo MEC, por exemplo, abrangem – em alguns aspectos - a acessibilidade física e estrutural (materiais e recursos) voltadas a esse público, fornecendo mínimo acesso dos indivíduos aos ambientes da universidade, inclusive, com relação às práticas esportivas. Em contrapartida, Siqueira e Santana (2010) citam a preocupação e necessidade do treinamento da equipe e qualificação voltada aos docentes e servidores, a fim de prepará-los para compreender e oferecer o suporte necessário para que todo e qualquer aluno receba uma educação de qualidade, independente de sua condição.

Impulsionadores - Quando se fala das escolhas da pessoa com deficiência e do seu trajeto de vida, acadêmico ou profissional é muito comum ouvir relatos e discussões acerca dos facilitadores desse processo. Nesse ponto, a família pode ser vista como base impulsionadora da trajetória do indivíduo, tendo grande ou total influência nas escolhas e possibilidades do familiar com deficiência. Logo, as opções citadas na figura 3, podem ter influência direta ou indireta da família.

Dentre os fatores que impulsionam o crescimento e desenvolvimento dos PcD's, a educação é o que, da base, lhe garante o mínimo acesso às possibilidades.

Nessa perspectiva, promover a ocupação de espaços, não somente a nível educacional, mas também em todas as esferas da vida social possibilita que o desenvolvimento desse grupo se dê na sociedade e no convívio com os pares, resultando em experiências ricas em valores para este mesmo meio.

A pessoa com deficiência e o mercado de trabalho - Pereira e Passerino (2012) afirmam que a inclusão social está organizada em três esferas: a escolar, a social e laboral e defendem que os três processos estão interligados. Sabe-se que existe um grande movimento que estuda e milita por condições educacionais de inclusão e permanência de alunos PAEE em escolas regulares de todo o Brasil. Tal luta vem promovendo reflexões e mudanças importantíssimas, uma delas é a inclusão social, que está diretamente ligada ao acesso aos espaços comuns e à liberdade de ir e vir. Diferente, por exemplo, dos estudos acerca do processo preparatório ao ingresso e permanência da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, que existem e estão sendo cada vez mais utilizados para embasar o direito e acesso das pessoas no atual mercado de trabalho.

Para a Pereira e Passerino (2012), a visão educacional do ensino profissional pode ser muito mais ampla do que apenas as formações tecnicistas com vistas ao emprego. Entende-se que a educação profissional deve ser pensada não só na perspectiva dos trabalhadores com deficiência, mas também dos empregadores que os contratam. Educação ampla para nós é incluir gestores, profissionais de recursos humanos das organizações, professores de ensino profissionalizantes, entre outros, apresentando-lhes uma visão onde também a sociedade deve ser educada para inclusão.

Os estereótipos e preconceitos, principalmente quando se trata de subjugar as capacidades e a própria formação das pessoas com deficiência, são desafios e experiências que fazem parte do cotidiano da pessoa PAEE. O assistencialismo e a piedade também são características que acompanham esse público. Tal comportamento se justifica com a dificuldade de ver o indivíduo, biologicamente, diferente como alguém capaz e com potencialidades. É preciso que haja um movimento que funcione na contra-mão do que é imposto pela maioria da sociedade. Nesse sentido, as pessoas com deficiência são fundamentais em todos os espaços, a fim de mostrar a todos que as capacidades são inerentes às limitações orgânicas.

Atividades formais e Informais - Atividades informais tendem a fazer parte do universo das pessoas com deficiência, o artesanato, a venda de pequenos produtos, entre outros. A categoria trabalho, como uma unidade de análise para a vida das pessoas com deficiência, tem sido objeto de estudo de diversos pesquisadores (Giordano, 2000; Lancillotti, 2003; Neres; Corrêa, 2008).

O trabalho manual e informal possui seu valor e papel na vida da pessoa que adquire sua renda a partir do mesmo, contudo, as tarefas que o indivíduo desempenha, os postos que pode ocupar e a falta ou pouca qualificação, repercute na "falta de dignidade" quando se trata do trabalhador com deficiência (Silva Filho, 2004)

Profissionalização da PcD- Recentemente, ações específicas no campo da formação das pessoas com deficiência têm sido objeto de atenção das políticas públicas. Entretanto as dificuldades referentes à profissionalização das pessoas com deficiência ainda são alimentadas, em muitas situações, pelo estigma que esse grupo carrega. Para Pastore (2000, p. 71)

O fenômeno é mundial. Em todos os países, o mercado de trabalho é mais restrito aos portadores de deficiência. As causas são múltiplas. De um lado, a falta de qualificação. De outro, a falta de esclarecimento. E, por cima de tudo, a falta de estímulos que facilitam a sua contratação.

De acordo com Toldrá, Marques e Brunello (2010) as principais dificuldades na inclusão de pessoas com deficiência no mercado de trabalho são decorrentes das falsas ideias acerca das deficiências em geral, o que perpetua o preconceito e na profissionalização desse público.

Dentre os programas que ofertam profissionalização e que estenderam às pessoas com deficiência estão: o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC), criado pelo governo federal em 2011; a Lei do MENOR Aprendiz, que permitiu incluir os aprendizes com deficiência em qualquer idade e sem escolaridade nenhuma; alguns programas ligados ao *sistema S*, (SENAI, SENAC, SESC e SESI) propondo uma formação inicial, continuada ou qualificação profissional.

Essa modalidade de educação profissional oferecida por organizações dentro dos programas de Aprendizagem vem sendo desafiada diante deste novo cenário e as novas demandas; o que reforça a necessidade de pensar em novas abordagens e estratégias de aprendizagem para o público da Educação Especial.

Quando se fala da formação para o trabalho, é importante entender as pessoas com deficiências como indivíduos capazes de fazer muito mais do que reproduzir conhecimentos técnicos e que nesse sentido, é preciso que existam profissionais que entendam o real valor papel do trabalho. É fundamental entender as diversas funções além daquelas voltadas a dar lucro a alguém.

É necessária a criação de medidas positivas e programas que busquem equiparar as oportunidades destinadas às pessoas com deficiência. É fundamental que existam estudos e medidas que possam equiparar e beneficiar o indivíduo em sua singularidade.

PcD na escola x PcD no Trabalho – Para a PcD, os desafios que permeiam sua permanência na escola, se estendem para dentro do ambiente de trabalho. Independente da especificidade é possível discutir nessa categoria que os ambientes estão, de maneira geral, pouco preparados para receber este público. Para Blanco (2005, p 7),

Os sistemas educacionais seguem oferecendo respostas homogêneas, que não satisfazem às diferentes necessidades e situações do alunado, o que se reflete em altos índices de reprovação e evasão escolar, que afetam em maior medida às populações que estão em situação de vulnerabilidade.

Quando se trata da inclusão no mercado de trabalho o quadro total não se mostra muito diferente das dificuldades e desafios presentes na inclusão escolar. O tema que abrange a educação como o início da inclusão social tem sido objeto de estudos multidisciplinares.

No que se refere ao ensino profissionalizante, os dados ainda são pouco explorados. Aparentemente tal situação representa um dos problemas para a inserção e permanência da pessoa com deficiência no mercado de trabalho, embora nem sempre tenha sido exigida qualificação profissional para o acesso aos espaços laborais. “De fato, mesmo nas instituições e serviços especializados a formação profissional geralmente não é priorizada como componente curricular. E quando existem tais programas, na maioria dos casos, não levam em conta as aptidões e interesses dos alunos e/ou são desvinculados da demanda do mercado de trabalho local.” (GLAT, MASCARO, ANTUNES e MARIN, 2011, p. 27)

Contratação da Pessoa com Deficiência - Estudos apontam que esta é uma tendência desde a década de 60, no pós-guerra, momento em que soldados mutilados foram inseridos novamente na sociedade (Lancilloti, 2003). Para Lancilloti (2003), o baixo número de PcD no mercado de trabalho está diretamente relacionado ao acesso e permanência da pessoa com deficiência na escola. No que tange a educação de pessoas

com deficiência física, por exemplo, mesmo com dificuldades, possui “vantagens” com relação aos demais alunos PAEE; vantagens essas, que fazem com que alcancem o mercado de trabalho. Em setores administrativos, por exemplo, esse grupo possui grande autonomia intelectual e, frequentemente, o uso de tecnologias assistivas, suplementa suas dificuldades. Diferente de outras especificidades, que demandam de atenção e capacitação de profissionais especializados.

A deficiência intelectual no Mercado de Trabalho – A deficiência Intelectual está entre as especificidades menos representadas em quadros de funcionários. Segundo Pereira e Batanero, (2009) (...) a insegurança das famílias quanto ao futuro profissional e econômico dos filhos, leva a que muitas vezes desistam de procurar integrá-los profissionalmente ou mesmo que nem sequer o tentem, contentando-se com a pensão social.

Dentre os motivos para tal afirmação, alguns estão relacionados a diversos estigmas que esse público carrega, principalmente as pessoas com a Síndrome de Down. Muitas das PcD intelectual possuem perfeitas condições de ingressarem no mercado de trabalho, urge então, a necessidade de programas de formação que capacitem esse público a nível de estarem preparados para formações mais específicas.

A respeito das políticas públicas, é importante reconhecer os avanços que a política de cotas e tudo o que respaldava e promove a permanência dos jovens com deficiência intelectual no trabalho tem promovido a este âmbito. Diante de todos os desafios e dificuldades sociais que as pessoas com deficiência - ainda mais, se tratando da deficiência intelectual – enfrentaram durante toda a história da sociedade, é fundamental reconhecer os progressos.

Entretanto, se tratando de um processo contínuo como a inclusão social, é imprescindível que a Lei de Cotas seja considerada uma responsabilidade social e não uma medida que visa somente à produtividade.

Produtividade x Deficiência – Segundo Ferreira e Rais (2016) e Stone & Colella, (1996) o tema preconceito ou aceitação da pessoa com deficiência no ambiente de trabalho, embora importante e presente no cotidiano das pessoas, é apenas parte de um problema muito maior, que envolve toda a sociedade, incluindo as empresas. As empresas são fundamentais para que a inclusão social seja feita e para que sejam minimizadas as chances de experiências negativas, a fim de fomentar a diversidade e propagar programas de inclusão e financiando projetos sociais.

Segundo Pereira e Passiano, (2014) manter-se ativo no mercado de trabalho também traz custos e gera inúmeras dificuldades ao PAEE, uma vez que a locomoção da pessoa ainda é um desafio pessoal e público nas cidades brasileiras.

Para as autoras, ainda que seja fundamental, a educação e qualificação do PAEE, pouco irá mudar a realidade da inclusão social caso as organizações e a própria sociedade não colaborarem. É preciso educar para que se possa promover a inclusão, enquanto a comunidade como um todo não estimular essa mudança, a lei das cotas será considerada um problema para as empresas privadas.

Equipe de Apoio no Ambiente de Trabalho - As formações de recursos humanos, principalmente as de caráter inicial, têm dado conta de forma introdutória de uma formação na área da inclusão e no conhecimento das Tecnologias Assistivas (TA). Além disso, nas empresas, tal preocupação parece não ser prioritária. Na proposta de inclusão laboral das pessoas com deficiência a ênfase é na ideia de que a mesma se adapte ao posto de trabalho e não o contrário, perpetuando os estereótipos de local de trabalho para cada deficiência, revelando o estigma de posição.

É preciso que as instituições disponibilizem todos os meios para minimizar ou excluir as barreiras que impeçam a perfeita comunicação dos trabalhadores com deficiência, tais como uso de intérpretes em LIBRAS (Matos e Domingos, 2016).

Para que exista uma real inclusão social é fundamental que empresas busquem alternativas e invistam em tecnologias assistivas, que maximizem o potencial desse público e que auxilie a equipe gestora nessa capacitação.

Recursos e adaptações no ambiente de trabalho – É fundamental que a empresa conscientize toda a equipe de empregados, forneça informações a fim de eliminar as barreiras e preconceitos e promover a acessibilidade. Além de ser necessária a adaptação física do espaço, sinalização em luzes, sons e cores, e realocação de função de acordo com as especificidades, faz-se necessário um planejamento de segurança para garantir que a PcD tenha condições de se deslocar para uma área segura, caso necessário, com a máxima autonomia.

Essa rede de apoio, juntamente a estratégias de construção de recursos livres, que garantam oportunidades entre os trabalhadores com deficiência e o mercado de trabalho em geral são uma oportunidade deve ultrapassar o perfil convencional que vem sendo usado pelos órgãos atuais.

Destacando os indivíduos portadores de deficiência, o processo de adquirir competência para exercer uma profissão e de alcançar maturidade social para conquistar um espaço no mundo do trabalho é um desafio que exige soluções diferenciadas e inovadoras e o papel das escolas e instituições é fundamental que possam conseguir enfrentar e obter êxitos num mercado de trabalho tão competitivo dos dias atuais. (PFEIFER, 1999, p. 1)

Nesse sentido, a nível de auxiliar as equipes gestoras, faz-se necessário o mapeamento de empresas que desenvolvem e utilizam tecnologias assistivas específicas, ou não, voltadas à inclusão pessoas com deficiência, a fim de desenvolver uma *Biblioteca Virtual de Soluções Assistivas* com acesso livre e gratuito; com o objetivo de atender questões de formação continuada e também de auxílio a gestores e desenvolvedores de políticas públicas. E outros recursos como,

(...) as tecnologias de acesso ao computador e à Internet para pessoas com deficiência visual e motora, sintetizadores de voz, livros falados, sinalização e alarmes sonoros e luminosos, folheadores eletrônicos para tetraplégicos, serviço de impressão em Braille, serviço de mensagens e vibracall em telefones para deficientes auditivos, banheiros adaptados para cadeirantes, corrimão nas paredes para facilitar a locomoção de deficientes visuais. (MATOS e DOMINGOS, 2016, p. 15)

Sabe-se que existem soluções assistivas desenvolvidas em todo o Brasil há várias décadas, contudo não existe uma sistematização na divulgação dessas experiências. Nesse sentido, as possibilidades de formações permanentes, online e autônomas passam a ser mais viáveis diante de uma estrutura já organizada e estruturada.

É imprescindível que existam profissionais capacitados a receber e qualificar as PcD que chegam nas empresas. Esse exercício promove, não somente, a inclusão desse público no mercado de trabalho, mas também a permanência do mesmo.

A acessibilidade precária é um fator que impede a permanência da pessoa no ambiente de trabalho, uma vez que as chances de existir uma empresa 100% acessível à todas as deficiências e necessidades é muito pequena, os desafios nessa proposta inclusiva bloqueiam, até mesmo a qualificação do indivíduo e impedem que o mesmo tenha acesso ao que é seu por direito.

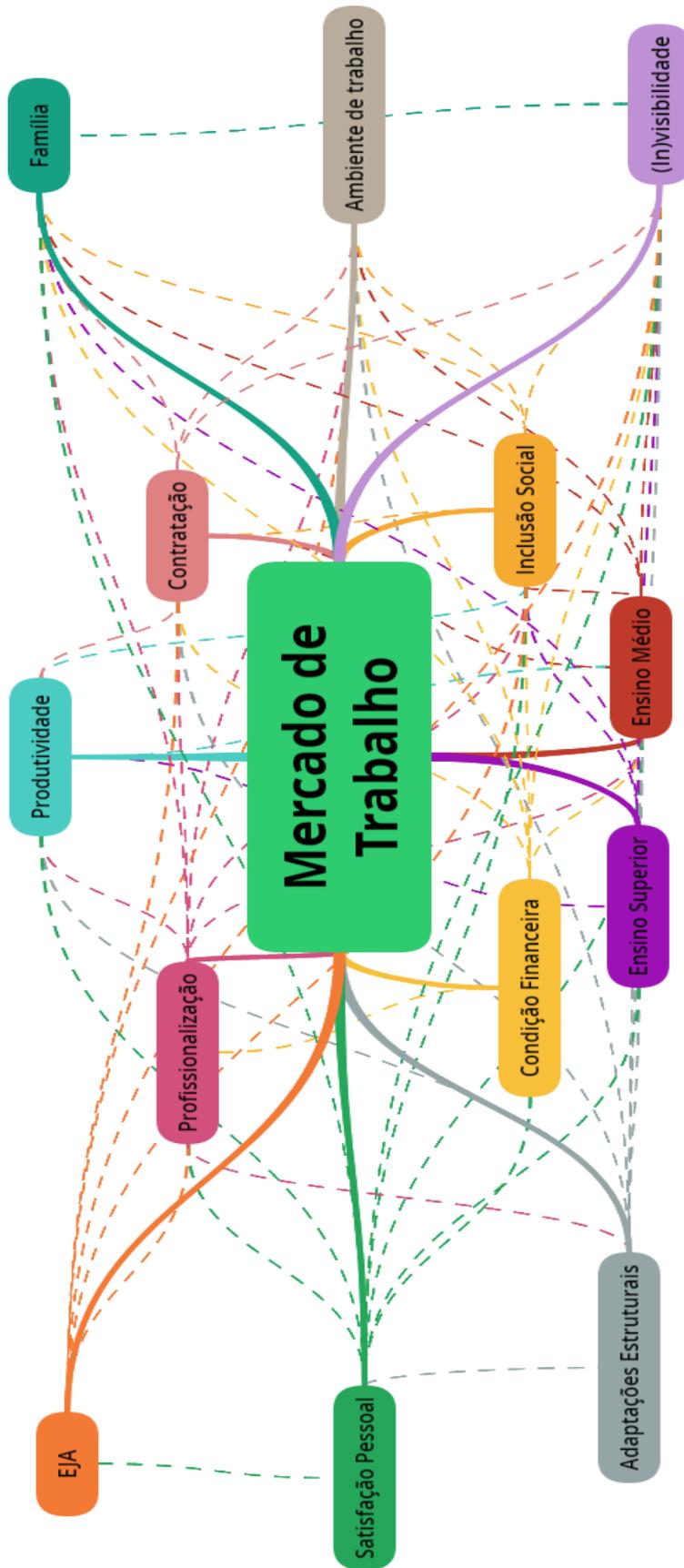
Os benefícios da Inclusão no mercado de trabalho - Percebe-se que o trabalho também é um dos eixos fundamentais do contexto de vida de um indivíduo adulto, e que a inclusão em tal âmbito deve superar a questão de cotas e repensar o processo produtivo e a inserção das pessoas nesse mercado de forma mais ampla e inteligente.

Assim, um movimento vem reverberando no sentido de mudar o papel e a posição do sujeito com deficiência na sociedade, também através do trabalho em todos os níveis, contrapondo as limitações impostas pelo mundo do trabalho, que não só limitam a ascensão profissional dos sujeitos com deficiência como determinam tarefas a priori para categorias de deficiência (VIGOLO, 2005).

Os pontos que justificam a importância de dar condições para que a pessoa com deficiência esteja no mercado de trabalho de maneira efetiva e equiparada podem ser justificada pelo efeito e resultado que a atividade laboral tem na vida dessas pessoas. O sentido do trabalho para a PcD pode dar a ela mesma a percepção de si que vai além da deficiência e das suas dificuldades (CARVALHO-FREITAS; MARQUES; SCHERER, 2004). Nesse sentido, faz-se necessário entender o valor do trabalho, individualmente, para entender os sentidos que atribuídos as suas práticas.

A partir das análises realizadas, foi possível chegar a conclusão de que todas as subcategorias estão interligadas e que, de alguma maneira, todas essas influenciam o desenvolver umas das outras, como mostra o mapa conceitual abaixo.

Figura 05: Mapa conceitual das análises e resultados



6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Durante o levantamento bibliográfico de todo o trabalho, foi possível notar um grande número de trabalhos acerca de deficiências específicas. A maioria dos trabalhos que abordam a temática da pessoa com deficiência e o ingresso do mesmo ao ensino superior (isso vale também ao mercado de trabalho) estão relacionados à surdez e à deficiência auditiva.

Além disso, no que se refere à plataforma utilizada, notou-se uma forte ausência de trabalhos acerca da educação laboral. A maioria dos materiais falava a âmbito administrativo e somente os cinco artigos utilizados na presente revisão abordavam a educação e o processo de formação da pessoa com deficiência.

Analisando todos os textos utilizados, e a importância que todos os autores deram à educação, que antecede a inserção no mercado de trabalho, é incontestável a existência de fatores que dificultam o público alvo da educação especial a continuar estudando. Assim, entende-se a inclusão como um,

[...] processo estabelecido dentro de uma sociedade mais ampla que busca satisfazer necessidades relacionadas com qualidade de vida, desenvolvimento humano, autonomia de renda e equidade de oportunidades e direitos para os indivíduos e grupos sociais que em alguma etapa da sua vida encontram-se em situação de desvantagem com relação a outros membros da sociedade (Passerino; Montardo, 2007, p. 5).

As análises indicam ainda que também seja possível problematizar a dificuldade da pessoa com deficiência de concluir o ensino médio, ingressar no ensino superior e de se qualificarem profissionalmente para buscar novas oportunidades. Quando se trata da pessoa com deficiência também é possível ver o não incentivo à profissionalização e qualificação do mesmo.

É importante citar os avanços na perspectiva histórico-cultural da deficiência, a existência de políticas que respaldam os direitos desse público e problematizar implementação dessas medidas, a qualidade do trabalho em reflexo do baixo número de pessoas com deficiência empregadas e o valor social do trabalho.

Com base em todas as leituras e estudos, é possível dizer que avanços estão acontecendo, tanto na perspectiva da inclusão educacional (em todos os níveis) à estudos e discussões acerca da educação laboral das pessoas com deficiência. Entretanto, é

fundamental pautar os desafios como pontos de partida a fim de maximizar as chances de sucesso desse público na busca pela autonomia financeira e social. Além disso, é importante citar esta como uma possível área a ser explorada dentro das possibilidades cabíveis aos educadores especiais.

No que se refere à pesquisa, é fundamental que haja continuidade nos estudos que permeiam a temática, uma vez que o processo em questão está em constante movimento, devido às políticas, medidas afirmativas e também à militância dessa população.

7. BIBLIOGRAFIA

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: edições 70, 2004.

BRASIL. Lei n. 8213 1991. Dispõe sobre os Planos de **Benefícios da Previdência Social e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 25 jul. 1991.

BRASIL. Lei n. 9394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as **Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Educação Profissional: Legislação Básica**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 23 dez. 1996.

BRASIL. Decreto Lei n. 3298 de 1999. Regulamenta a Lei n. 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a **Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 21 dez. 1999.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**, Brasília, DF, 2008.

BEYER, H. O. **Inclusão e Avaliação na Escola: de alunos com necessidades educacionais especiais**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2006.

BOTELHO, L, L. R.; CUNHA, C. C. A.; MACEDO, M. **O método da revisão integrativa nos estudos organizacionais**. Revista Gestão e Sociedade, Belo Horizonte, v. 5, n. 11. p. 121-136, mai./ago., 2011.

CAMPOS, J. A. P. P. DUARTE M. **O aluno com deficiência na EJA: Reflexões sobre o atendimento educacional especializado a partir do relato de uma professora de educação especial**. Rev. Educ. Espec., Santa Maria, v. 24, n. 40, p. 271-284, maio/ago. 2011.

CATÃO, M. F. (2001a). **Excluídos sociais em espaço de reclusão: representações sociais na construção do projeto de vida**. Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo.

CATÃO, M. F. (2007). **O que as pessoas pensam da vida e o que desejam nela realizar?** In E. Kruttszen & S. Vieira (Orgs.), *Psicologia social, clínica e saúde mental* (pp. 75-94). João Pessoa: Ed. Universitária.

COX, T, JR. **The multicultural organization**. *The executive*, v. 5, n. 2, May 1991.

DUKES, L., Shaw, S., Madaus, J. (2007). **How to complete a summary of performance for students exiting to postsecondary education**. Inc: *Assessment for Effective Intervention*. Vol. 32.

GLAT, MASCARO, ANTUNES & MARIN, **Inclusão de Pessoas com Deficiência e Outras Necessidades Especiais na Escola e no Trabalho**. Rio de Janeiro. 2011, p. 27

IBGE. **Censo Demográfico 2006**. Acessado em: 06 nov 2017

IBGE. **Censo Demográfico 2010**. Acessado em: 06 nov 2017

CEZAR, K. R. **Pessoas com deficiência intelectual: inclusão trabalhista: lei de cotas**. São Paulo: LTr, 2012.

CRESPO, A. M. M, **Informação e deformação: A pessoa com deficiência na mídia impressa**. 2000. 113f. Dissertação. Comunicação e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

GEHLEN, M. E. **O direito é concluir o ensino médio: na vida de todos, na voz dos operadores do direito, nos processos judiciais e na teoria do garantismo**. 2015. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

GIORDANO, Blanche Warzée. **(D)eficiência e Trabalho: analisando suas representações**. São Paulo: Annablume, FAPESP, 2000.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 1988.

HAAS, C; SILVA, M C & FERRARO, A. R., **Escolarização das pessoas com deficiência no Rio Grande do Sul ante o direito à educação**. *Educ. Pesqui.* [online]. 2017, vol.43, n.1

HAMMES, I. C & NUERNBERG, A. H. **A Inclusão de Pessoas com Deficiência no Contexto do Trabalho em Florianópolis: Relato de Experiência no Sistema Nacional de Emprego**. *Psicol. cienc. prof.* [online]. 2015, vol.35, n.3.

Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Diretoria de Estatísticas Educacionais. **Censo Escolar da Educação Básica 2016: Notas Estatísticas**. Brasília: INEP, 2017. Acesso em 04 nov. 2017

JOVCHELOVITCH, S. **Representações sociais e esfera pública: a construção simbólica dos espaços públicos no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 2000.

LANCILLOTTI, S. S. **Deficiência e trabalho: redimensionando o singular no contexto universal**. Campinas: Autores Associados, 2003.

MARCELINO, M; CATAO, M; LIMA, C. **Representações sociais do projeto de vida entre adolescentes no ensino médio**. *Psicol. cienc. prof.* [online]. 2009.

MATOS & DOMINGOS, **Inclusão e Adaptação de Pessoas com Deficiência (PcD) no Setor Público**. Congresso Nacional de Excelencia em Gestão. 2016

MAZZOTA, M.J.S. Educação Especial no Brasil: **História e Políticas Públicas**. São Paulo: Cortez, 1996

MELETTI, S. M. F.; RIBEIRO, K. **Indicadores educacionais sobre a educação especial no Brasil.** Cad. Cedes, Campinas, v. 34, n. 93, p. 175-189, maio/ago. 2014.

NERES, C. C.; CORRÊA, N. M. **O Trabalho como Categoria de Análise na Educação do Deficiente Visual.** Caderno Cedes, Campinas, v. 28, n. 75, p. 149-170, 2008.

ONU. **Declaração universal dos direitos humanos.** ONU, 1948.

ONU. **Declaração universal dos direitos da criança.** ONU, 1959.

PASTORE, José. Oportunidades de trabalho para portadores de deficiência. São Paulo: Ltr, 2ª ed, 2000.

PERISSÉ, A.R.S; GOMES, M.M.; NOGUEIRA, S.A. **Revisões sistemáticas (inclusive metanálises) e diretrizes clínicas.** In: Gomes M.M., organizador. Medicina baseada em evidências: princípios e práticas. Rio de Janeiro (RJ): Reichmann & Affonso; 2001. p.131-48.

PFEIFER, E. A. Formação Profissional para Surdos: resgatando uma história. São Paulo: EMEE Helen Kellr, 1999.

SIEMS, M. E. R. **Educação de jovens e adultos com deficiência: saberes e caminhos em construção.** Educação em Foco, v. 16, p. 61-80, 2011.

SCHEMBERG, S.; GUARINELLO, A.C.; MASSI, G. **O ponto de vista de pais e professores a respeito das interações linguísticas de crianças surdas.** Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v.18, n.1, p.17-32, 2012

SCHLESNER, A. H.; AREND, Catia ; MORAES, Valdete . **Políticas de educação inclusiva do deficiente intelectual.** In: AFIRSE, 2011.

SCHWARTZMAN, S. **A Questão da Inclusão Social na Universidade Brasileira.** In: PEIXOTO, Maria do Carmo de Lacerda; ARANHA, Antónia Vitória (Org.). Universidade Pública e Inclusão Social: experiência e imaginação. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2008

SILVA F., P. A. **Desvalorização e Desprezo ao Trabalho Manual e Mecânico na Sociedade Escravista Colonial.** In: V ENCONTRO NORDESTINO DE HISTÓRIA, 2004, Recife. Anais... Recife: 2004.

SIQUEIRA I M ; SANTANA C da S. **Propostas de Acessibilidade Para a Inclusão de Pessoas com Deficiências no Ensino Superior.** Rev. bras. educ. espec. vol.16 no.1 Marília Jan./Apr. 2010.

SOCHACZEWSKI, J; TAVARES, L H. G. de L. **Suas, BPC e pessoas com deficiência: análise a partir de municípios fluminenses.** In.: SER Social, Brasília, v. 15, n. 32, p. 141-165, jan./jun. 2013.

STAINBACK, S.; STAINBACK, W. **Inclusão: um guia para educadores.** Porto Alegre: Artmed, 1999.

STAINTON, T. & BOYCE, S. (2004): **“I have got my life back”:** Users experience of **direct payment.**” In: Disability & Society: Vol. 19. N. 5.

THOMAS, JR, R. Roosevelt. **Redefining diversity.** New York: Amacom, 1996.

TOLDRÁ, R. C., Marques, C. B., & Brunello, M. I. B. (2010). Desafios para a inclusão no mercado de trabalho de pessoas com deficiência intelectual: Experiências em construção. Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo, 21(2),

TORRES, J. P; CALHEIROS, D. S; SANTOS, V. **Inclusão na Educação Superior Brasileira: Análise da produção científica.** Interfaces da Educ., Paranaíba, v.7, n.19, p.296-313, 2016.

UNESCO. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos** (Conferência de Jomtien). Tailândia: Unesco, 1990.

UNESCO. **Declaração de Salamanca sobre princípios, política e práticas na área das necessidades educativas especiais**. Salamanca, Espanha, 1994.5

UNESCO. **Relatório de monitoramento de educação para todos: educação para todos em 2015**, alcançaremos a meta? Brasília, 2008.

VIAMONTE, P. F. V. S. . **Ensino Profissionalizante e Ensino Médio: novas análises a partir da LDB 9394/96**. Educacao em Perspectiva (Online) , v. 2, p. e28/47-e57, 2012.

VIGOLO, A. **Um olhar sobre as representações das pessoas com necessidades especiais e o mundo do trabalho**. São Leopoldo: UNISINOS, 2005. Monografia (Especialização em Educação Especial). Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2005.

VIGOTSKI, L. S. **Fundamentos de Defectologia**. In: **Obras completas**. Tomo V. Havana: Editorial Pueblo y Educación, 1997.